

# Dívida complica situação de deputado

CPI - Ornamento

O deputado Flávio Derzi (PP-MS) acabou se complicando no final de seu depoimento à CPI do Orçamento, na noite de terça-feira, ao negar-se a dar explicações sobre uma dívida que tem no Banco do Brasil. O financiamento de Cr\$ 60 milhões, datado de 24 de outubro de 1990, foi contraído depois da eleição de Derzi. A dívida deveria ser paga em 15 dias, mas até hoje não foi quitada. Em 2 de setembro do ano passado, depois de sucessivas rolagens, o débito era de Cr\$ 639 milhões.

“Não seria prudente a CPI avançar em questões comerciais”, afirmou Derzi, depois de indagado pelo senador Mário Covas (PSDB-SP). Outros parlamentares tentaram abordar a questão, mas o depoente, alegando tratar-se de assunto particular, não concordou em tratar do tema. “Isso é inaceitável, o empréstimo foi concedido quando o senhor já era deputado e o gerente da agência levou em conta este fato”, protestou Covas. O tucano chegou a ler

ofício do gerente do banco, defendendo o empréstimo sob o argumento de que “o cliente tinha profunda penetração nos tecidos da sociedade”. O que mais impressionou Covas foi o fato de que Derzi, mesmo tendo cerca de US\$ 1 milhão em cabeças de gado, tenha se mantido inadimplente durante estes três anos.

**Cláusulas** — O relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), também contestou o argumento de Derzi: “Não procede. O assunto não é particular, a pessoa física que tomou o empréstimo junto ao banco foi o deputado”. Ao justificar seu ponto de vista, ele citou documento da CEF sobre empréstimo, no valor de US\$ 1,5 milhão, concedido ao deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), informando que a operação não seguiu cláusulas uniformes. “Os parlamentares não podem infringir dispositivo constitucional que os proíbe de contrair financiamentos em bancos oficiais que

não sejam negociados com cláusulas uniformes”, afirmou.

Ao final do depoimento, Magalhães decidiu pedir ao Banco do Brasil cópia do contrato e a realização de uma auditoria para ver se houve algum tipo de favorecimento político. O relator, entretanto, não sabe qual será a atitude da comissão se ficar comprovado no caso de Derzi, a exemplo do de Fiúza, que o financiamento foi privilegiado. “Teremos de definir se a CPI poderá pedir a cassação de ambos por falta de decoro, pois o assunto não está relacionado ao objetivo da CPI”, explicou.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), deferiu pedido do deputado Maurício Najari (PPR-SP) para que o TCU faça auditoria em obras nos municípios de Aral Moreira, Eldorado e Vicentina. Todas estas obras receberam recursos de emendas de Derzi e foi detectada uma disparidade gritante entre as liberações.